

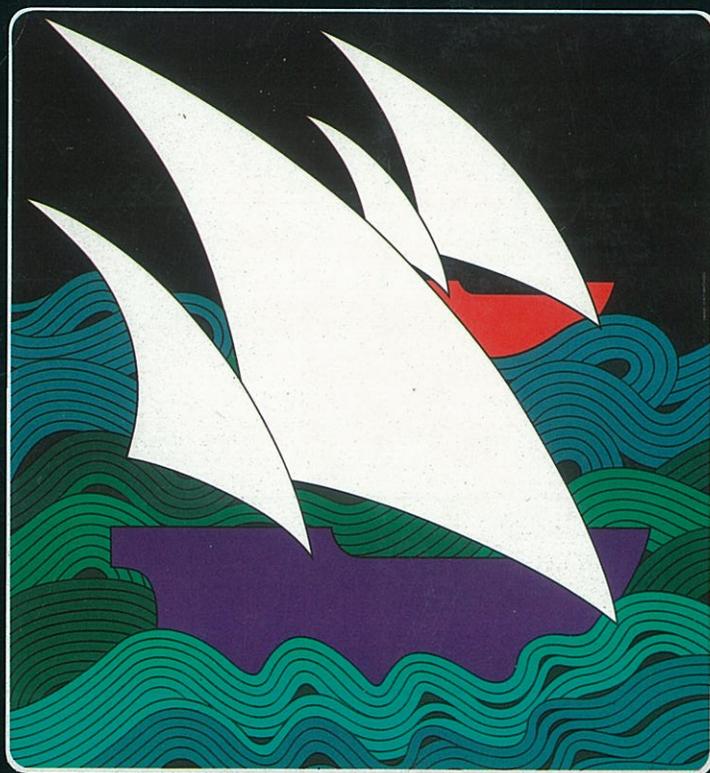
UNIVERSIDADE DO PORTO
COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES
DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

CONGRESSO INTERNACIONAL
BARTOLOMEU DIAS E A SUA ÉPOCA

Actas

Volume IV

**SOCIEDADE, CULTURA E MENTALIDADES
NA ÉPOCA DO *CANCIONEIRO GERAL***



PORTO • 1989

Livro dos Ofícios: breve comentário à tradução

SIMÃO CARDOSO

0. Introdução*

0.1. A minha participação activa neste Congresso Internacional comemorativo dos Descobrimentos Portugueses, particularmente debruçado sobre Bartolomeu Dias e a sua época, em boa hora promovido pela Universidade do Porto, é, antes de mais, a minha homenagem, a homenagem simples de um português que sente e vive a história pátria, aqui e agora, aos homens do passado que construíram e continuaram Portugal, aos homens que, encarnando a alma sonhadora e heróica do povo que os gerou, levaram Portugal, através dos mares e desbravando terras, aos quatro cantos do mundo.

Se aceitamos, no dizer do poeta, que os portugueses dos séculos XV e XVI «deram novos mundos ao mundo», tenho para mim que tanto ou mais importante que este «descobrimento» foi o feito imorre- doiro de transplantarem Portugal para esses novos mundos. A cultura Portuguesa — cultura que concebo simples e genericamente como o «modus sentiendi» e o «modus essendi» de um povo — embarcou nas caravelas e espalhou-se pelo mundo.

Foram Homens, no sentido pleno da palavra, os portugueses de antanho — Homens porque sonharam e viveram um projecto; Homens porque ao passarem e cumprirem a sua missão neste mundo deixaram rasto, um rasto não apenas sinalizado nos padrões que ergueram ou nas construções materiais que levantaram, mas sobretudo na cultura

* Optei por manter no texto escrito o tom de oralidade da comunicação apresentada no Congresso por me parecer mais de acordo com o texto e expressar melhor o meu próprio pensamento.

que implantaram. A língua portuguesa, o saber, o sentir e o viver dos portugueses são, desde então e ainda pelos séculos que hão-de vir, um referencial e um marco importante na história da humanidade.

Esta «lusitanidade», perfilhando o pensamento de Leopold Sédar Senghor, foi o maior contributo dado à humanidade para a difusão e preservação da civilização greco-latina de que somos co-herdeiros.

É a todos esses homens «que se vão da lei da morte libertando» que eu presto a minha homenagem. Todos eles, pelo que fizeram e pelo muito que nos legaram, estão vivos na nossa memória colectiva. Esquecê-los, seria esquecer o passado, renegar o presente e não sonhar o futuro. Esquecê-los, seria ainda retirar Portugal do concerto das nações e subtrair ao mundo o conhecimento dos homens que ajudaram a fazer a sua história. D. João I e a «Ínclita Geração», D. Afonso V, D. João II, Bartolomeu Dias, D. Manuel I, Vasco da Gama e todos os demais que foram a cabeça e o suporte de grandes feitos, se são portugueses de corpo inteiro, são também, à luz do nosso tempo, «cidadãos do mundo».

0.2. A minha participação neste Congresso é também um contributo que aqui trago, ainda que modesto, para o estudo que se pretende, tão geral e completo quanto possível, do nosso século XV.

São muitos os homens e os factos por eles protagonizados ao longo deste século. Matéria de investigação e estudo não falta. Se já muito se fez, muito há ainda por fazer.

Seja-me permitido situar-me na primeira metade do século XV e recordar aqui um homem que esteve no centro de praticamente todos os acontecimentos que marcaram a época e que, na minha opinião, de algum modo influenciou a marcha do futuro. Refiro-me ao infante D. Pedro, Duque de Coimbra, um dos infantes da «Ínclita Geração», o homem das «Sete Partidas», regente do reino na menoridade de D. Afonso V, tragicamente morto em Alfarrobeira¹.

D. Pedro é figura proeminente nesta primeira metade do século XV: como político, como diplomata, como militar e como homem de letras. Seja qual for o ângulo por que se aborde o estudo (histórico, cultural,

¹ D. Pedro foi o avô materno de D. João II, o «Príncipe Perfeito». De acordo com a opinião (generalizada) de muitos historiadores, D. João II tinha uma admiração muito especial pelo avô, seguindo de perto, na governação do reino, o modelo imposto pelo Duque de Coimbra quando regente.

literário) neste período, o infante D. Pedro é um dos personagens intervenientes. É também um homem dos Descobrimentos. Sendo figura destacada na conquista de Ceuta, onde foi armado Cavaleiro², vem, mais tarde, a revelar-se contrário à expansão do domínio português no Norte de África, alegando a falta de recursos económicos. Já como regente, ajuda ao máximo nas iniciativas e planos do infante D. Henrique, lançando o país, devidamente, na política dos descobrimentos para a expansão comercial e marítima³. O infante D. Pedro é, no sentido literal do termo, um homem do Atlântico (que me perdoem os historiadores se a afirmação não é a mais correcta).

Mas o que quero aqui pôr em destaque é o D. Pedro, o das «Sete Partidas», o homem que, com fins económicos e diplomáticos, mas sobretudo culturais e cavaleirescos, viaja através da Europa, entre 1425 e 1428. Ao longo destes três anos visitou a Universidade de Oxford, estudando a sua organização colegial; visitou a Flandres; esteve em Bruxelas, Lovaina, Colónia, Nuremberga e Viena, entre outras cidades. Tomou parte na guerra contra os hussitas da Boémia e contra os Otomanos. Passou por Budapeste e Belgrado; percorreu a Itália e, no regresso a Portugal, demorou-se em algumas cidades de Aragão e de Castela: Valência, Saragoça, Valladolid, Zamora, Salamanca, chegando finalmente a Coimbra, pondo termo às «Sete Partidas».

Com o muito que viu e aprendeu durante a sua longa viagem e porque a par da cuidada preparação militar «adquiriu durante a sua infância uma boa preparação em latim, com devoção ao estudo das ciências e das letras»⁴, entrega-se dedicada e fervorosamente ao estudo e recomposição da *Virtuosa Benfeitoria*⁵ e tradução de obras latinas. A sua «devoção ao estudo das ciências e das letras» leva-o, na sua

² Cf. *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Publicações Alfa, Lisboa, 1985.

³ Cf. *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 14, Editorial Verbo, Lisboa, 1973.

⁴ Cf. *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, cit.

⁵ Cf. *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 14, cit. Cf. também *Dicionário de Literatura*, Direcção de Jacinto do Prado Coelho, 3.º vol., s.v. «Dom PEDRO (Duque de Coimbra)» e no 4.º vol., s.v. «VIRTUOSA BENFEITORIA», Porto, Figuerinhas, 1978. A *Virtuosa Benfeitoria*, um «livro de moral prática, (que) visa principalmente a doutrinação dos nobres», é uma «adaptação original» do *De Beneficiis* de Séneca. Como nota o Prof. Jacinto do Prado Coelho, «a primeira redacção desta obra concluída em 1418 pelo Infante D. Pedro (...) sob o título *Dos Benefícios*, foi refundida e acrescentada por ordem do Infante, por Frei João Verba, entre 1418 e 1433, e é tal refundição que constitui o *Livro* ou *Tratado da Virtuosa Benfeitoria*».

regência, a desenvolver o ensino pela reforma da Universidade de Lisboa e pela fundação de estudos gerais em Coimbra (em 1443)⁶.

Entre os grandes vultos literários da primeira metade do século XV destaca-se o infante D. Pedro. Pelo seu amor às letras, pelo «amor da cultura», figura, assim, ao lado de seu irmão, o rei D. Duarte (tendo ambos herdado o gosto pelas letras de seu pai, o rei D. João I, o da «Boa Memória») e ao lado do célebre castelhano Alfonso de Cartagena. Para além de compor e traduzir, D. Pedro promove a tradução de inúmeros textos latinos, sabendo-se que o famoso homem de letras, seu contemporâneo e amigo, jurisconsulto e diplomata, Dr. Vasco Fernandes de Lucena, fez várias traduções a seu pedido, infelizmente perdidas no terramoto de 1755.

A actividade de D. Pedro é importante e convém lembrar aqui o contributo que este dá para o futuro surgimento do humanismo em Portugal⁷. O Duque de Coimbra não é apenas o mecenas do seu tempo, ele é o homem e o interventor interessado no processo, um dos primeiros a pôr os pés ao caminho, a dar o exemplo, a criar algo por si próprio. A vulgarização, isto é, a tradução dos textos latinos tem, pois, uma enorme importância na história da nossa cultura e na própria história da língua portuguesa.

1. O Livro dos Ofícios

1.1. A tradução do *Livro dos Ofícios* e a composição da *Virtuosa Benfeitoria* são, sem dúvida, as duas grandes obras literárias do infante D. Pedro⁸. O *De Officiis* (ou *Livro dos Ofícios*, como singular e literal-

⁶ Embora se aponte a data de 1443 como a da fundação de estudos gerais em Coimbra — na prática a criação de uma segunda universidade — a verdade é que estes «estudos gerais» não passariam de um projecto e das (boas?) intenções do Duque de Coimbra. A segunda universidade viria a ser efectivamente criada, sob o patrocínio do infante D. Henrique, mas em Évora, em 1459.

⁷ Na minha opinião, como na de numerosos investigadores (quer linguistas quer filólogos e mesmo historiadores), não está ainda devidamente estudado o século XV, particularmente a primeira metade do século. Penso que é necessário e urgente o estudo dos «homens de letras» e da sua obra, nesta época, tanto no plano das ideias como no papel importante que desempenharam na estruturação do português como língua de cultura, particularmente na prosa literária.

⁸ Para além destas duas importantes obras do infante D. Pedro, convém também lembrar a célebre carta que envia de Bruges a seu irmão, o futuro rei D. Duarte, recheada

mente é traduzido por D. Pedro, e cuja redacção se situa entre 1433 e 1438, é, segundo parece e de acordo com a opinião abalizada de muitos filólogos e bibliólogos, «a primeira versão portuguesa dum clássico da melhor época da latinidade»⁹. Ao abalançar-se à tradução de Cícero e logo de uma das mais famosas obras de «filosofia moral», o Infante inaugura um período áureo nas letras portuguesas e coloca Portugal em pé de igualdade com os demais reinos da Europa, especialmente Castela. Na opinião do Prof. Joseph Piel¹⁰, a vulgarização desta obra de Cícero em castelhano, feita pouco tempo antes por Alfonso de Cartagena, talvez tenha sido uma das circunstâncias «que porventura explica a iniciativa do Infante». Contudo, a circunstância maior que determina a escolha do *De Officiis* deve-se não apenas «a um capricho individual (do Infante) ou às sugestões dos seus familiares», mas sobretudo ao culto que Cícero tem, juntamente com Séneca, na Idade Média, devido ao seu carácter de «*moraes filósofos*». O *De Inventione*, a chamada Retórica, e o *De Officiis* «ocupam, incontestavelmente, o primeiro lugar e foram as únicas obras a serem estudadas». O *De Officiis*, pela «*arte de bem dizer* (...) graças ao facto de ser um tratado elementar, com sistematização rigorosa e escolástica dos processos técnicos da arte retórica», e pela «*arte de bem fazer* (...) por o mundo medieval ter nele reconhecido um guia seguro de filosofia moral aplicada», era bem acolhido, principalmente a partir do momento em que Santo Ambrósio nele se inspirara¹¹. A grande virtude desta obra de filosofia moral está no facto de apresentar «regras de conduta práticas e de aplicação imediata»¹², porque enquanto os outros «mui boos livros que trautam da philosophia moral» se limitavam a considerar «que cousa som as

de curiosas observações decorrentes da sua viagem e onde foca especialmente o problema de reforma da universidade, pelo que lhe foi dado ver em Oxford e Paris, constituindo «um vasto e bem pensado programa de renovação científica e cultural». É bem possível que da pena do Duque de Coimbra tenham saído outras obras originais (menores), mas saíram, disso não há dúvidas, «outras versões em vulgar». Rui de Pina, na *Crónica de D. Afonso V* (cap. 125), diz que «... elle tyrou de latym em linguaagem o Regimento dos Pryncipes que Frei Gil Correado compos ...» — cf. *Livro dos Ofícios*, de Marco Tullio Ciceram, Universidade de Coimbra, 1948, p. xi e xix - not. 1 e 2.

⁹ Cf. *Dicionário de Literatura*, 3.º vol., cit.

¹⁰ Cf. *Livro dos Ofícios*, cit., p. xii.

¹¹ *Ibidem*, pp. x-xi. Cf. também Jorge Alves Osório, «Cícero traduzido para português no século XVI: Damião de Góis e o *Livro da Velhice*», in *Humanitas*, vol. XXXVII-XXXVIII, Coimbra, 1986, p. 211.

¹² Cf. *Livro dos Ofícios*, cit., p. xi.

virtudes, quanto, por que, como devem ser prezadas», «este declara como em cada virtude nos devemos aver e que maneira em cadahũa obra devemos de teer pera guardar ou cobrar estado virtuoso»¹³.

O primeiro destinatário do *Livro dos Ofícios* é o rei D. Duarte, seu irmão, «Muyto alto e muy excellente Principe e Muyto Poderoso Senhor», certo de que o rei, possuidor de outros livros de filosofia moral, «apreciaria a doutrina filosófica que Cícero discute neste tratado» e que, ao contrário de outros que «têm um carácter meramente teórico, (...) (este) visa fins eminentemente práticos»¹⁴. Mas D. Pedro destina também o livro «ao(s) portugueses amadores de virtude que nom som ou ao diante nom forem latinados»¹⁵. A tradução tem, assim, um objectivo estritamente doutrinal e utilitário, na medida em que permite que um qualquer leitor possa entender, na sua língua, as obras das grandes *auctoritates* latinas¹⁶.

Embora num pequeno parêntesis, convém lembrar aqui o facto de os tradutores medievais sentirem o seu trabalho como uma verdadeira criação literária, em nada inferior ao trabalho de escrever uma obra original¹⁷ (bem ao contrário do que sucede hoje). Há que prestar a devida atenção a este ponto. O infante D. Pedro deve ter-se sentido tão entusiasmado e tão reconfortado quando escreveu o tratado original da *Virtuosa Benfeitoria*, como quando traduziu o *De Officiis*. Tornar acessível, em língua vulgar, a obra de um autor clássico, por mais defeituosa que fosse a tradução, era sempre preferível a ver-se privado, em absoluto, do usufruto dela.

1.2. Não quero, porém, alongar-me em considerações de carácter ideológico, que são importantes para o conhecimento da sociedade, cultura e mentalidades da época, mas deter-me um pouco na tradução do *Livro dos Ofícios* e no papel do seu tradutor.

Em primeiro lugar, quero chamar a atenção para o facto de a tradução do *Livro dos Ofícios* se apresentar hoje como um documento extremamente importante numa fase crítica da língua portuguesa, quando esta procurava afirmar-se, como género literário, mais especificamente

¹³ Cf. Jorge A. Osório, cit., p. 212. Cf. também *Livro dos Ofícios*, cit., pp. 3-4.

¹⁴ Cf. *Livro dos Ofícios*, cit., p. ix.

¹⁵ *Ibidem*, p. ix e p. 2.

¹⁶ Cf. Peter Russel, *Traducciones y Tradutores en la Península Ibérica (1400-1550)*, Universidad Autónoma de Barcelona, 1984, p. 22.

¹⁷ *Ibidem*, p. 10.

na prosa literária, uma língua autónoma, em busca de um léxico e de uma sintaxe próprios, face ao latim e às demais línguas vernaculares, de modo particular às línguas hispânicas. O português não tinha ainda uma gramática — esta haveria de aparecer um século depois, em 1536, pela mão de Fernão de Oliveira e quatro anos mais tarde por João de Barros, constituindo, se outro valor e mérito não tivesse, uma afirmação de independência e de identidade da língua portuguesa. A gramática existente e conhecida era a gramática latina e o termo *Gramática* era, por antonomásia, a gramática latina, utilizando a expressão da Prof.^a Carvalhão Buescu¹⁸. Não admira, pois, como notou o Prof. Jacinto do Prado Coelho, que «a prosa do Infante se mostre tosca, pesada, confusa, em certos casos vacilante entre a forma tradicional e o cultismo (ainda não adopta o termo *pátria*, por exemplo), mas capaz, em trechos narrativos, de inesperada fluência»¹⁹. Convenhamos que era difícil aos homens desta época libertarem-se das peias em que a língua vernacular se encontrava, particularmente a língua no seu registo escrito.

1.3. Em 1948 o Prof. Joseph Piel publicou uma edição crítica do *Livro dos Ofícios*²⁰. É, até esta data, a única edição da obra a partir do códice que se encontra na Academia Real da História de Madrid. Ainda que se possam apontar alguns defeitos a esta edição e o texto fixado pelo Prof. Joseph Piel contenha algumas imprecisões e incorrecções, a verdade é que se lhe deve o conhecimento que hoje temos do *Livro dos Ofícios*. O estudo e documentos que acompanham o texto, as notas e glossário constituem já um precioso auxiliar para uma abordagem mais profunda da obra e, conseqüentemente, para o conhecimento da época. Está ainda por fazer, em grande parte, um estudo filológico, e sobretudo linguístico, da tradução — tarefa árdua, com certeza, mas que se reclama pela necessidade e urgência de se estudarem as traduções e o português de quatrocentos. O próprio Prof. J. Piel dá-se conta desse facto ao considerar como insuficientes

¹⁸ Cf. Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Gramáticos Portugueses do século XVI*, Biblioteca Breve, 1978, pp. 13-14.

¹⁹ Cf. *Dicionário de Literatura*, vol. 3.º. cit. Cf. também *Livro dos Ofícios*, cit., pp. xxxiv-xxxvii.

²⁰ *Livro dos Ofícios* / de Marco Tullio Ciceram / O Qual Tornou Em Linguagem o / Infante D. Pedro / Duque de Coimbra // Edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário // por / Joseph M. Piel — Acta Universitatis Coninbrigensis, 1948.

as «poucas amostras de caracterização do português da versão de D. Pedro, que merecia mais amplo estudo e uma definição mais precisa do lugar que ocupa na prosa de quatrocentos»²¹. O Prof. Jorge Osório, num magnífico estudo intitulado «Cícero traduzido para português no século XVI: Damião de Góis e o *Livro da Velhice*», publicado na *Humanitas* (1986), refere igualmente este aspecto referindo-se às traduções e tradutores do século XV, focando especialmente a tradução do *Livro dos Ofícios*: «O problema, para o caso português, ainda não foi estudado seriamente, por forma que se pudesse fazer uma ideia mais clara do papel e da contribuição desempenhados pelas traduções quatrocentistas na estruturação da língua portuguesa culta do século XVI»²².

1.4. Foram, certamente, muitos os problemas e dificuldades inultrapassáveis que se depararam ao infante D. Pedro para «dar expressão adequada em vulgar ao pensamento ciceroniano»²³, como a todos os tradutores medievais seus contemporâneos: portugueses, castelhanos, franceses e italianos. Destaco duas dificuldades: 1.^a dificuldade: o tradutor tem consciência de que a estrutura sintáctica do latim se diferencia bastante do português: 2.^a dificuldade, quiçá mais grave que a primeira: a questão do vocabulário.

Não se duvida que o Infante possuísse «um bom entendimento da frase latina» — a primeira condição da «arte de bem traduzir» postulada no *Leal Conselheiro* — só que, na prática, «o estilo da versão resulta bastante desigual»²⁴. Querendo traduzir «palavra a palavra» — tradução *ad verbum* — D. Pedro não evita o recurso a palavras alatinadas e a «propriedade e correspondência dos termos» — segunda e terceira condições do *Leal Conselheiro* — torna-se, às vezes, como refere o Prof. Joseph Piel, «de um servilismo excessivo que mal permite apreender o sentido geral sem o original à vista». O próprio título da obra: *Livro dos Ofícios*, um aportuguesamento do título latino *De Officiis*, em vez de «Livro dos Deveres», como seria normal, revela, em parte, este servilismo, que não deve, no entanto, ser entendido como negativo, mas antes, penso eu, como uma tentativa de incluir na língua vernácula termos e/ou

²¹ Cf. *Livro dos Ofícios*, cit., p. xxxv.

²² Cf. Jorge A. Osório. cit., p. 224.

²³ Cf. *Livro dos Ofícios*, cit., p. xxxiii.

²⁴ *Ibidem*, pp. xxi-xxiii. Uma leitura atenta dos três livros que compõem esta obra mostra claramente esta «desigualdade» no estilo da tradução, ora elegante ora pesado e obscuro.

conceitos usuais no latim — a língua culta — e, por isso mesmo, portadores de significação mais ampla que os termos em vulgar ainda não possuíam. Porém, ao procurar a «clareza, beleza e sobriedade» da tradução, usa «de uma liberdade soberana, que se afasta deliberadamente, parafraseando-o, do texto latino»²⁵. D. Pedro procura, deste modo, uma tradução *ad sententiam* ou *ad sensum*.

Esta desigualdade na tradução «constitui em D. Pedro um dualismo em que contendem os modos de dizer e os vocábulos que as eras medievais elaboraram e consagraram, com as *novas maneiras de falar*, graves e compassadas, que um novo ideal de ilustração requeria»²⁶. Mas, como bom latinista que era, D. Pedro consegue, como D. Alfonso de Cartagena o fez em relação ao castelhano, elaborar em português construções adequadas e dignas do latim ciceroniano, sobretudo quando se deleita num «estilo despreocupado, não entravado por peias de erudição, a contar alguma história»²⁷. O breve trecho que aqui deixo, em confronto com o latim, exemplifica o que acabo de referir.

E sse som de doestar os que se callam dos males que ha nas suas cousas, muito mais o devem de sseer aquelles que as louvam com pallavras mintrosas. C. Canyo, cavaleiro romaão, homem nom pouco gracioso e assaz leterado, segundo elle soya de dizer, fora a Ssaragoça por se desfendar, e nom por trautar mercadaria. E dezia que queria comprar algũas ortas en que podesse aas vezes convydar seus amigos e folgar em ellas sem torva de jente. E dizendo esto, hũu homem, a que chamavam Phicio, lhe disse que nom tiinha ortas pera vender, mas que elle poderia folgar nas que elle tiinha, assi como se fossem suas. E convidou que fosse com elle cear em outro dia. E despois que lho Canyo outorgou, entom este Ficio que era ourivez e homem que aprazia a todos, rogou os pescadores que em outro dia vehessem

XIV. Quod si vituperandi sunt qui reticuerunt, quid de iis existimandum est, qui orationis vanitatem adhiberunt? C. Canius, eques Romanus nec infacetus et satis litteratus, cum se Syracusas otianti, ut ipse dicere solebat non negociandi causa, contulisset, dicitabat, se hortulos, aliquot velle emere, quo invitare amicos et ubi se oblectare sine interpellatoribus posset. Quod cum percrebuisset, Pythius ei quidam, qui argentariam faceret Syracusis, dixit, venales quidem se hortos non habere, sed licere uti Canio si vellet, ut simul ad cenam hominem in hortos invitavit in posterum diem. Cum ille promississet, tum Pythius, qui esset, ut argentarius, apud omnes ordines gratosus, piscatores ad se convocavit et ab iis

²⁵ *Ibidem*, p. xxxv.

²⁶ *Ibidem*, p. xxix.

²⁷ *Ibidem*, p. xxxi. A transcrição que se segue de uma passagem da tradução de D. Pedro, acompanhada do texto latino, é igualmente retirada do *Livro dos Offícios*, pp. xxxi-xxxiii, a mesma de que o Prof. J. Piel se serve para ilustrar o seu texto.

pescar todos ante as suas ortas, e disselhes o que queria fazer. E veio o tempo da cea, e Canyo foi alla e o convite era ja bem aparelhado. E alli avya muitas barcas, e todo o pescado que filhavam traziamno ante os pees de Phicio. Entom disse Canyo: «Rogote, Phicio, que me digas que cousa he de tal multidõoe de pexes e de barcas». E o outro disse: «Que maravilha? ca este he o logar em que os de Saragoça tiram os seus pexes. E nom podem excusar de viirem aqui pescar». Canyo foi aceso de cobiça e rogava a Phicio que lhe vendesse aquella quintãa. E o outro mostrava que o fazia de mmamente. Pera que mais? Acordaromsse, e Canyo, como homem cobiçoso e rico, comproua por quanto Phicio quis. E desi fizeram suas scripturas e firmarom sua venda. E despois a tres dias convidou Canyo seus conhecentes pera aquellas ortas. E veio hi bem cedo e nom vyo tam sol hũu barquinho, e perguntou a hũu vezinho, que vevya hi acerca, se tiinham os pescadores fereas por que nom viinham alli pescar. E o outro disse que nom tiinham nẽhũas, que elle soubesse, mas que nunca alli pescavam, e que se maravilhara muyto, quando outro dia elle alli vehera cear, como elles alli veheram. Canyo ouve desto mui grande menencorea, e nom sabia que fazer; por que [a]lind[a] entonce Aquillyo, meu companheiro e meu amigo, nom fezera as leix contra o maaõ engano. Ao qual eu preguntei que cousa era maaõ engano; e elle respondeo: quando hũa cousa era demonstrada, e outra era feita. E esta defiinçom foi dada como dhomem sabedor. & E porende Phicio e todos aquelles que fazem hũa cousa, e fingem outra, devem de seer avidos por arteiros e revoltosos e malleciosos. Nẽhũu seu feito pode seer proveytoso que foi ençujado de tantos erros».

(P. 175, l. 20 - p. 177, l. 5).

petivit, ut ante suos hortulos postridie piscarentur, dixitque, quid eos facere vellet. Ad cenam tempore venit Canius: pipare a Pythio apparatus convivium, cymbarum ante oculos multitududo, pro se quisque quod ceperat, afferebat ante pedes Pithii pisces abjiciebantur. Tum Canius: «Quaeso, inquit, quid est hoc, Pythi? tantumne piscium? tantumne cymbarum?» Et ille: «Quid mirum? inquit, hoc loco est, Syracusis quidquid est piscium, hic aquatio, hac uilla isti carere non possunt». Incensus Canius cupiditate contendit a Pythio, ut venderet. Gravate ille primo. Quid multa? impetrat; emit homo cupidus et locuples tanti, quanti Pythius voluit, et emit instructos. Nomina facit, negotium conficit. Invitat Canius postridie familiares suos. Venit ipse mature: scalmum nullum videt. Quaerit ex proximo vicino num feriae quaedam piscatorum essent, quod eos nullos videret? —«Nullae, quod sciam, inquit ille; sed hic piscari nulli solent: itaque heri mirabar quid accidisset». Stomachari Canius sed quid faceret? nondum enim Aquilius, collega et familiaris meus, protulerat de dolo malo formulas: in quibus ipsis cum ex eo quaereretur, quid esse dolus malus, respondebat, cum esset aliud simulatum, aliud actum. Hoc quidem sane luculentur, ut ab homine perito definiendi. Ergo et Pythius et omnes aliud agentes, aliud simulantes, perfidi, improbi, malitiosi sunt. Nullum igitur factum eorum potest utile esse, cum sit tot vitiis inquinatum.

(3.º livro, cap. xiv).

Mas, como anoto acima, citando o Prof. Jacinto do Prado Coelho, se a prosa do infante de mostra «em certos casos vacilante entre a forma tradicional e o cultismo», nota-se também que este «não cede

com facilidade à miragem do latinismo lexical ou sintáctico, como fizeram alguns dos seus contemporâneos»²⁸. Permitam que me sirva mais uma vez dos exemplos apresentados pelo Prof. Joseph Piel: «Não raro hesita entre uma expressão castiça, e outra alatinada, não se conformando a princípio com a intrusa. Assim, começa por traduzir *RES PUBLICA* por *cousa prívica*, admitindo só a pouco e pouco, e parece quase contra vontade as formas *república* e *república*. Só uma única vez cede à tentação de reproduzir *DECORUM* por *decoro*, pois prefere usar a, aliás bela, tradução *fremosura das obras*»²⁹.

O circunlóquio é um dos recursos a que D. Pedro lança mão ao traduzir *GLADIATORES* por os *combatedores que faziam as trances*, ou, na falta do superlativo em *-issimo* no português de quatrocentos, traduz, de modo florido, as *mui brandas senhoras delleitações* para dar todo o valor da expressão latina *VOLUPTATES, BLANDISSIMAE*³⁰.

Mais do que o autor do *Leal Conselheiro*, que postula alguns princípios ou condições «da arte de bem traduzir» — mas que não consegue, na prática, cumprir o que preceitua — D. Pedro consegue, apesar de tudo, mostrar, com a sua tradução, como refere o Prof. Jorge Osório, que «a língua vernácula permitia veicular, de forma satisfatória, um discurso literário em latim inscrito no estilo médio, dentro da hierarquia medieval dos três estilos: nem o elevado, com as conotações que o termo implicava no domínio da ornamentação retórica, nem o baixo, adverso da noção de cortesia e de dignidade que estava implícita na dignidade do próprio tradutor e do destinatário»³¹.

1.5. Entre os vários pontos de interesse que conferem importância à tradução do *De Officiis* — do *Livro dos Offícios* — refiro o interesse linguístico, pela importância que tal estudo tem, como anoto acima, para o conhecimento do processo de estruturação da língua portuguesa quer ao nível da morfo-sintaxe quer da semântica. A vulgarização dos textos latinos, particularmente dos grandes clássicos da boa latinidade, contribui para a dignificação e independência das línguas vulgares, ao nível da linguagem literária, colocando-as, a pouco e pouco, em pé de igualdade com o latim, a língua literária por excelência — o que se

²⁸ *Ibidem*, p. xxxiii.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ *Ibidem*, pp. xxxiv-xxxv.

³¹ Cf. Jorge A. Osório, cit., p. 223.

viria a verificar no século XVI e torna-se efectivo, num processo sem retorno, com a publicação da «Gramática Geral e Razoada», a célebre *Gramática de Port-Royal*, já em pleno século XVII, e que inaugura um novo período na história da gramática a que podemos chamar, sem sombra de dúvida, o período da «gramática moderna».

E citando mais uma vez o Prof. Joseph Piel: «Em suma, o *Livro dos Ofícios* vem a ser um documento interessante da crise em que a língua se encontrava no momento da transição entre a Idade Média e o Renascimento, quando se vê constrangida a satisfazer as exigências não só de novos géneros literários, como ainda de um novo ideal de civilização»³².

O *Livro dos Ofícios*, além deste interesse e curiosidade (no bom sentido, entenda-se!) linguístico e filológico, constitui também, como é opinião pacificamente aceite, «um documento humano de real valor».

³² Cf. *Livro dos Ofícios*, p. xxxvii.